

A INCLUSÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO

Maria Aparecida Rolfini **TEIXEIRA**¹

Profa. Esp. Rosangela Aparecida Araujo **FERREIRA**²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar a trajetória que uma pessoa surda percorre para se qualificar e se integrar ao mercado de trabalho. Os obstáculos que ela enfrenta, e o quanto superá-los é importante para elas, mostrando o sentido de uma existência fundamental na composição de um mundo que só é melhor por que somos todos essenciais para os outros, independente de nossa condição social ou física.

PALAVRAS CHAVE:

Inclusão; Surdo; Mercado de Trabalho

01. Introdução

O intuito deste artigo é relatar como o surdo se coloca no mercado de trabalho, analisando sua caminhada desde quando começa sua vida escolar, lembrando que foram inseridos no ambiente escolar regular por intermédio de Leis de inclusão e que em sala de aula muitas vezes não eram escolarizados com auxílio de intérpretes para haver uma comunicação entre professor e aluno. Expõe a dificuldade dos surdos para serem inseridos no mercado de trabalho pois muitas vezes sofrem discriminações. Muitos conseguem uma vaga somente por leis de cotas do governo. As empresas dificilmente oferecem oportunidades para que essas pessoas mostrem sua capacidade e possam progredir e conquistar seus direitos como futuros profissionais. Esses desafios são vividos não somente pelo surdo, mas também pela família que acompanha seus passos e pode ter papel

decisivo nos caminhos percorridos, esses conceitos serão abordados no decorrer deste artigo, através de pesquisa bibliográfica.

¹ Pós-graduando em Libras - Departamento de Pós-Graduação – FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP – Brasil – mariahrolfini@gmail.com

² Professora Especialista em Língua Brasileira de Sinais – Docente – FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP – Brasil – roaferreira@hotmail.com

02. O que é surdez

Surdez é um impedimento de detenção ou detecção de sons, parcial ou total, havendo vários graus de perdas auditivas que atualmente são diagnosticados previamente quando ainda recém-nascidos através do “Teste da Orelhinha” disponibilizado na triagem auditiva neonatal para diagnóstico precoce de perda da atenção dos bebês por sons ou barulhos. A perda auditiva pode ocorrer por vários fatores, como pela hereditariedade, por doenças ou até mesmo higiene excessiva do ouvido que neste caso pode ser revertida ou exposição a sons muito altos. Nas palavras de Lopes (2007, p.8): “A ciência, no desejo de produzir conhecimentos capazes de explicar o desconhecido, inventou surdez através dos níveis de perdas auditivas, das lesões no tímpano, dos fatores hereditários e adquiridos”.

As pessoas surdas sofriam na sociedade, pois eram vistas como fora da normalidade que culturalmente o homem produz, e os chamavam de surdo-mudo, uma expressão que algumas pessoas ainda utilizam sem o devido conhecimento. As pessoas que são surdas não necessariamente são mudas, pois elas não falam por não conhecerem os sons das palavras para poder emití-las. O deficiente auditivo é aquele que perde a audição e usa aparelho para ouvir e falar, neste contexto também está inserido quem perde a audição por doenças. De acordo com Damásio (2007, p.49), surdo é aquele que se assume como surdo e utiliza sua língua de sinais para comunicar-se.

O fato de uma pessoa ser surda não significa que ela seja muda. Pessoas surdas que não desenvolveram a fala, provavelmente não tiveram condições terapêuticas de aprenderem a falar com profissionais responsáveis pela dicção e expansão oral.

O surdo deve aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para que o seu desenvolvimento escolar e social seja atingido com êxito, muitos surdos que não aprendem a sua língua desde criança, não atingem a escolarização de forma igualitária aos demais alunos, pois a atuação do intérprete realizada em sala de aula só é bem sucedida pela compreensão do aluno. De acordo com Damásio (2007, p.49), intérprete é a pessoa que, sendo fluente em Libras e em Língua Portuguesa, tem a capacidade de verter em tempo real (interpretação simultânea) ou, com um pequeno espaço de tempo (interpretação consecutiva), da Libras para o Português ou deste para a Libras.

03. A História das pessoas com deficiência

A história da pessoa com deficiência vem desde a antiguidade, uma delas são os registros históricos das pessoas que não seguiam as leis e acabavam sendo punidas e essas punições geravam a elas alguma perda de movimento físico, ficando sem função para a

sociedade, já que todos os trabalhos exigiam força braçal, assim prejudicando o desenvolvimento de uma população. Conforme Santiago (2011, p.39) mostra na trajetória histórica que empreende as consequências destas punições sendo retratadas assim “A quantidade de escravos deficientes, por conseguinte, era imensa e estas eram características (escravidão+deficiência) que, quando combinadas, facilmente levariam os indivíduos a morte, tendo em vista que se tornavam desnecessários à produção”.

Desde antes de Cristo, as perseguições das pessoas surdas eram intensas, sendo elas tratadas como pessoas perigosas e doentes mentais incapazes de integrarem a sociedade. Skliar (1997, p.18) faz um recorte dessa situação histórica: “Os surdos considerados também historicamente como pessoas incompletas, doentes e alienadas, passaram a ser vistos na atualidade como membros de uma cultura ou contracultura minoritária”.

Absurdos eram cometidos contra eles, por terem nascidos sem poder ouvir o mundo em sua volta da mesma forma que os demais. Fazendo um breve relato, os surdos comunicavam-se por gestos e foram impedidos de realizarem a comunicação gestual, sendo obrigados a falarem. Após esse período, em 1900, era proibida a comunicação por gestos, em 1960 foram submetidos a ouvirem sons altos como forma de aprenderem com a tortura, mediante a realização de um exercício de audição obrigatório. Anos posteriores tentavam eliminar por completo qualquer tipo de comunicação pelo surdo que não fosse oralmente. Por muitos anos segundo Lopes (2007) experts apresentavam diferentes formas de tratar a surdez:

A maioria deles produziu saberes que orientam grupos a olhar os sujeitos com surdez como capazes de serem “tratados”, “corrigidos” e “normalizados” através de terapias, treinamentos orofaciais, protetização, implantes cocleares e outras tecnologias avançadas que buscam, pela ciborguização do corpo, a condição de normalidade. (LOPES, 2007, p.9)

04. Educação de Surdos no Brasil

Os surdos passaram por perseguições e torturas para serem forçados a falar e eram vistos como uma ameaça à sociedade, com o passar dos anos, de acordo com Pinto (2012, p.28) pessoas lutaram por eles, para que fossem reconhecidos como indivíduos que necessitavam de apoio para se integrarem à sociedade. No século XIX, por iniciativa do surdo francês Ernest Huet apresentou um relatório propondo uma educação ideal aos surdos brasileiros na época do império, a D.Pedro II com intenção de fundar a primeira escola de surdos, a “Imperial Instituto de Surdo-Mudos”, atualmente, o instituto INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos), no Rio de Janeiro. Assim foi iniciada a educação dos

surdos para que estes fossem integrados à sociedade, tendo uma educação direcionada a eles, que se encontravam abandonados pela própria sorte. O INES é reconhecido como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez, oferecendo educação, e formação na educação bilíngue de pedagogia. (BRASIL, 2008)

Em 1861, Huet foi embora do Brasil para lecionar aos surdos no México. Nos Estados Unidos, entre os anos 1870 e 1890, Alexander Graham Bell publicou vários artigos criticando casamentos entre pessoas surdas, a cultura surda e as escolas residenciais para surdos, alegando que são os motivos para o isolamento dos surdos da sociedade. Ele era contra a língua de sinais argumentando que a mesma não propiciava o desenvolvimento intelectual dos surdos. No Brasil, em 1875, um fato se contrapõe as idéias de Graham Bell, um ex-aluno do INES, Flausino José da Gama, aos 18 anos, publicou “ Iconografia dos Sinais dos Surdos-Mudos” , o primeiro dicionário de Língua de Sinais no Brasil. Apesar desse fato, no cenário mundial, muitos professores defendiam idéias parecidas com as de Alexander Graham Bell, defendendo o método denominado oralismo puro como o mais adequado para a educação dos surdos. Em 1880, realizou-se Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão-Itália, que foi organizado por especialistas ouvintes na área de surdez, todos defensores do oralismo puro. Graham Bell, citado anteriormente, teve grande influência no mesmo. Alegou-se que a mesma destruía a capacidade da fala dos surdos, argumentando que os mesmos são “preguiçosos” para falar, preferindo o uso de língua de sinais. Na ocasião na votação na assembleia geral realizada no congresso todos os professores surdos foram proibidos de votar e excluídos. Como consequência da votação do congresso, muitos surdos tiveram um decaimento considerável em seu desempenho educacional. Proibidos de se comunicar por meio de sinais, os surdos acabavam desenvolvendo uma fala incompreensível, o que chamou a atenção de estudiosos, como do Dr. Willian Stokoe. Este começou uma importante pesquisa sobre a vida cotidiana dos surdos, e suas conclusões se opuseram totalmente ao que foi dito no Congresso Internacional. Seus estudos mostraram que as crianças que desenvolviam a linguagem dos sinais não tinham seu desenvolvimento prejudicado, muito pelo contrário, o desenvolvimento destes era muito melhor e mais depressa. Logo após a publicação dos estudos de Stokoe, um novo Congresso Mundial em Paris votou a favor de uma comunicação total (oral, gestual, mímica, etc) como método a ser utilizado na educação dos surdos, o que ocasionou devido à falta de um padrão, cada um se comunicava de uma forma e eles acabavam não se entendendo. Em 1994, foi aprovado o direito de todas as crianças, com deficiência ou não, estarem inseridas em escolas regulares de ensino conforme a Declaração

de Salamanca, que define, ainda, que o devido atendimento as suas necessidades deverão ser atendidos. (STROBEL, 2008).

05. Educação Inclusiva

Por muito tempo as pessoas com deficiência viveram escondidas da sociedade, até mesmo sob proteção de seus pais com medo dos olhares e julgamentos daqueles que desconheciam a deficiência. Ainda houve muita resistência para que as crianças deficientes começassem a frequentar escolas, pois os pais tinham medo que fossem maltratadas pelas outras crianças, fisicamente ou psicologicamente ficando distante do convívio da sociedade e exclusas do mundo sendo, assim, tratadas como pessoas incapazes de realizarem atividades como as demais. (SAMPAIO, 2009)

As pessoas com deficiência eram atendidas em Escolas Especiais que atuavam muito clinicamente, haviam terapias direcionadas aos surdos para que eles fossem instigados a eliminar qualquer tipo de gestos e eram obrigados a falar. Este tipo de Escola pouco a pouco foi deixando de existir, e deu-se início a educação para todos, sem que houvesse distinções de raça, cor ou deficiência e para que a educação inclusiva fosse consolidada passou-se por várias etapas, principalmente a superação de preconceitos mesmo por parte dos próprios pais, que muitas vezes escondiam seus filhos que tinham algum tipo de deficiência e não queriam que as pessoas soubessem. Muitos desses casos ocorriam quando se falava que crianças que nasciam com alguma deficiência seriam o fruto de pecados cometidos pelos pais, o que foi sendo desmistificado com o passar do tempo, mas mesmo assim, as pessoas com deficiência ainda eram vistas com olhares assustados, pena ou curiosidade. (SAMPAIO 2009)

Mesmo com muito receio, os pais deram a oportunidade para que seus filhos convivessem em ambiente escolar do ensino regular e se socializarem, a princípio para que pudessem estar sendo incluídos no contexto escolar, e havendo em horário oposto um atendimento especializado destinado a deficiência que o aluno tivesse. Entretanto, mesmo sendo previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 a garantia de ter uma educação para todos, faltavam profissionais qualificados e com concepção de uma educação inclusiva, fazendo com que estes alunos com deficiência fossem excluídos em sala de aula pela falta de preparo dos profissionais que estavam responsáveis para atender o aluno. Então foi necessário fazer um reajuste para que consolidasse uma educação realmente para todos, havendo implantações de diretrizes e ações assim transformou a Educação Especial em Atendimento Educacionais Especializados (AEE), dentro das escolas e que até nos dias atuais ainda poucas escolas possuem este tipo de atendimento aos alunos com deficiência,

para ser realizado em horário oposto ao das aulas, em salas multifuncionais para proporcionar ao aluno uma melhor aprendizagem. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso as formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. (BRASIL, 2008, p.16)

A partir da inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares e com apoio dos profissionais nas salas do AEE, é visível o desenvolvimento deles em sala de aula e socialmente, pois os outros alunos aprendem com o diferente e a respeitar o próximo. Segundo Sampaio (2009, p.27) “A educação inclusiva, na medida em que promove um ensino respeitoso e com significado para cada criança, favorece o desenvolvimento da consciência de que todos são igualmente beneficiários de direitos e deveres e incentiva o debate permanente sobre causas coletivas”.

Com a inclusão desenvolve-se desde cedo o conceito que todos são iguais mesmo que aparentemente apresente diferenças, de cor, raça, deficiência entre outras.

Na sala de atendimento ao aluno surdo é necessário que o profissional responsável tenha pleno domínio de Língua Brasileira de Sinais para ministrar aulas em diferentes modalidades e o planejamento deve ser elaborado e desenvolvido coletivamente pelos professores de todas as disciplinas. Assim, a educação dos alunos surdos é realizada de acordo com as Políticas Públicas e o aluno que estiver sendo recebido na sala de AEE, poderá dispor de recursos necessários para um desenvolvimento educacional e social com excelência.

Para que a Educação Inclusiva tivesse mais fundamento, o documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, denominado Declaração de Salamanca, em um de seus pontos abordados afirma que toda a criança tem direito fundamental à educação, reforçando assim a importância da inclusão de crianças com deficiência.

No ano de 2003 o Brasil começa a mudar a realidade na educação de alunos com deficiência, o Ministério da Educação começa a colocar em prática a educação inclusiva nas escolas implantando o Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, tornando as

escolas inclusivas, democráticas e de qualidade. Infelizmente ainda são poucos os profissionais que se especializam nessa área.

Atualmente, alguns cursos disponibilizam a Libras em seu currículo para que seja dado suporte a esses alunos, muitas instituições contratam profissionais que não estão aptos a tal função que é tão importante para que seja concretizada a inclusão escolar, muitas vezes encontramos alunos matriculados em escolas para que sejam cumprida a Lei, mas que não dão o suporte adequado para suprir as necessidades do aluno deixando um déficit de aprendizagem que posteriormente ele terá que retornar quando adulto a alguma instituição que oferece um apoio a deficientes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996) dispõe que: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social e que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”.

A importância de uma escola é primordial para o desenvolvimento e para o sucesso do surdo no mercado de trabalho. Para termos uma idéia do que isso representa, basta relacionarmos essa situação a vida de um ouvinte: se há uma boa formação e preparo, teremos êxito na vida profissional.

A capacitação do surdo para o trabalho começa a partir do momento que ele inicia sua relação com a sociedade, captando informações diversas, participando de decisões, emitindo opiniões, influenciando e sendo influenciado. Dessa forma, a escola tem papel fundamental nesse processo, porque será a grande estimuladora desse aluno.

Atualmente, as escolas tanto da rede pública quanto privada, baseiam – se no ato de inserir os surdos nas classes regulares, para terem uma educação semelhante à dos ouvintes e oferecerem igualdade de oportunidades. Infelizmente, essas mesmas escolas não estão preparadas para tratar esses alunos com igualdade, até porque eles não são iguais aos ouvintes, pois possuem necessidades diferentes. Se as escolas não oferecem condições para o desenvolvimento cognitivo da criança, certamente seu futuro dentro da sociedade estará comprometido.

06. Bilinguismo

No ano de 1980, o Bilinguismo no Brasil começa a despontar, tendo como pressuposto básico de que surdo precisa ser bilíngue ou deve adquirir como língua materna a língua de sinais, sendo essa considerada a língua natural dos surdos, e como segunda língua, a língua

oficial do seu país. Já no final dos anos 80, no Brasil, os surdos começaram a liderar o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais – Libras. (LOPES, 2007)

Na década dos anos 90, um projeto de Lei da então senadora Benedita da Silva deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação da Libras, em âmbito federal (STROBEL, 2008). Para Quadros (2006, p.160), “a Língua Brasileira de Sinais é uma linguagem espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira”.

Segundo Lopes, (2007,p.67), a corrente do bilinguismo entende que a língua de sinais, por ser a primeira língua dos surdos, deve ser aprendida o mais cedo possível. O português, como língua majoritária ensinada de preferência, em sua modalidade escrita, deve ser a segunda língua aprendida pelo surdo. O bilinguismo é o ensino e aprendizado de duas línguas (língua portuguesa e língua de sinais), para os surdos que deve ser prioridade ao ensino das crianças.

07. Mercado de trabalho

Com a criação da Lei de número 8.213, em 24 de Julho do ano de 1991 que em seu Art.93 diz que a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:

- Até 200 funcionários.....2%
- de 201 a 500 funcionários.....3%
- de 501 a 1000 funcionários.....4%
- a partir de 1001 funcionários.....5% (BRASIL, 2008)

Depois que essa lei entrou em vigor os deficientes começaram a ter a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

Mesmo com toda a história de que todos somos iguais e capazes, ainda há desafios na inclusão do surdo no mercado de trabalho. As empresas precisam realizar adaptações no ambiente de trabalho para receber uma pessoa que possua qualquer tipo de deficiência, principalmente a surdez. Isso envolve custos adicionais para as empresas. (VANINI, 2017)

Quando ingressam em uma empresa, muitos deficientes não tem a oportunidade de crescer profissionalmente. O surdo, ao ingressar na empresa, pode ter a sensação de vitória transformada em frustração, caso perceba que ele entrou em determinada função e não tem a chance nenhuma de migrar para outro nível hierárquico ou alguma outra função de seu interesse.

Não basta empregar o surdo, mas também dar condições para que ele dê o melhor de si no desempenho de suas funções. Ter funcionários com fluência em Libras é de extrema importância para que o surdo se sinta acolhido e possa interagir com a equipe de trabalho. Na grande maioria das empresas não há sequer um funcionário com conhecimento na língua de sinais. Apesar de muitos anos de lutas se passarem com conquistas das pessoas com deficiência, a história dessas pessoas ainda é marcada pela exclusão principalmente no mercado de trabalho, já que para se atuar profissionalmente a qualificação é indispensável, e quando o empregador se depara com candidato com alguma deficiência o mesmo não está preparado a atender, sendo necessário empregar a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 para que seja imposta a inclusão. É inevitável que seja aplicada a Lei de cotas para que possamos ter pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sendo destinada um percentual de vagas de acordo com o número de funcionários por empresas. Apesar de todas as dificuldades encontradas, a lei que estabelece a cota para pessoa com deficiência é um grande avanço para que possa competir na sociedade capitalista e fazer valer o seu direito que está estabelecido, mesmo que o número de vagas seja bastante reduzidas. (VANINI, 2017)

Oliveira, 2009, p.27 afirma que o surdo não pode ser tratado de maneira diferente no ambiente de trabalho, destacando a sua importância:

O trabalho tanto para o surdo como para qualquer pessoa, seja ela deficiente ou não, vem trazer o sentido de uma existência fundamental na composição de um mundo que só é melhor por que somos todos importantes uns para os outros, independente de nossa condição social ou física. (OLIVEIRA, 2009, p.27)

08 .Considerações Finais

Diante desta pesquisa pode-se constatar que boa parte do mercado de trabalho ainda não está preparado para receber pessoas com deficiência. Seria necessário reformular a maneira que a sociedade interage com essas pessoas. Constatou-se também que geralmente as oportunidades são oferecidas a elas não pela competência e sim porque as empresas são obrigadas a cumprir a Lei de Cotas.

Apontou-se durante a pesquisa que pessoas com deficiência, tenham realmente oportunidade de se desenvolver profissionalmente, de mostrar sua capacidade, que muitas vezes é limitada pelo preconceito. O trabalho é muito importante para todo ser humano incluindo as pessoas com surdez e o apoio recebido pela família, ambiente escolar e

sociedade pode ser considerado como ponto primordial para superar as dificuldades encontradas.

A sociedade está avançando devagar na questão da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, porém através desta pesquisa nota-se que mesmo mediante a morosidade as oportunidades podem surgir desde que hajam informações, consciência à diversidade e acima de tudo respeito a condição humana.

Referencias:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases Lei 5.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Atualizado até 7 jan.2010. Organização de Marcos Antônio Oliveira Fernandes e Rodrigo Carneiro Cipriano. 16. edição , São Paulo: Rideel, 2008.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado**: Pessoa com surdez. SEESP / SEED / MEC, Brasília/DF, 2007.

LOPES, M. C. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica,2007.

QUADROS, R. M; SCHMIEDT, M. L.P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. P. 33

SAMPAIO, C.; SAMPAIO, S. **Educação inclusiva**: o professor mediando para a vida. [Online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTIAGO, S. A. da S. **A história das pessoas com deficiência**: aspectos socioeconômicos, religiosos e educacionais. João Pessoa. Ed. Universitária da UFPB, 2011.

SKLIAR, C. **Educação e exclusão**: abordagens sócio antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.p.8-20.

Oliveira, E. da S. G. **Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva**. 2 ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A. , 2009 p.27.

Pinto, R. do C. N. **Estudos Linguísticos**. São Paulo, 2012.

Strobel, K. **História da Educação dos Surdos**. Florianópolis, 2008.

Vanini, E. **Mesmo com a lei de cotas, pessoas com deficiência ainda enfrentam dificuldades no mercado**. <https://oglobo.globo.com/economia/mesmo-com-lei-de-cotas-pessoas-com-deficiencia-ainda-enfrentam-dificuldades-no-mercado-21463482>. Acesso em 10/09/2018.